

Editorial / Editorial

É com grande satisfação que a rede de pesquisa Observatório das Nacionalidades se une aos doze historiadores e cientistas sociais que organizaram o Simpósio em homenagem aos 90 anos do intelectual tcheco Miroslav Hroch. Seus ensaios publicados na revista *Nations and Nationalism*, em maio de 2022, abordam as contribuições do eminente professor para o campo de estudos das nações. Assim, dão continuidade ao diálogo transdisciplinar em torno de sua obra inovadora, explorando a abordagem histórica comparativa da formação das pequenas nações e dos traços constitutivos dos movimentos nacionais, que se distinguem do conceito clássico de nacionalismo.

Miroslav integra desde sua primeira entrevista para *Tensões Mundiais*, em junho de 2007, o Conselho Consultivo da revista, tendo difundido suas ideias em dois instigantes artigos: “O dilema dos anos 90: o que fazer com o nacionalismo em países pós-comunistas?” e “Reflexões sobre a história nacional: o caso da Europa no século XIX”. Nesta edição, os leitores podem reler a entrevista de Miroslav, que nos conta de sua trajetória familiar e acadêmica, discute o patriotismo nos regimes socialistas e as repercussões da integração europeia sobre os processos nacionais, entre outros assuntos.

As mudanças nas políticas interna e externa da Rússia pós-soviética ilustram os desafios à construção das nacionalidades em um período de acentuado domínio do império estadunidense vido ao desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Marcelo Pereira Fernandes e Luiz Fernando Rodrigues de Oliveira se debruçam sobre a atuação de Yevgeny Primakov, destacado estadista russo que implantou uma doutrina pragmática e multipolar mediante parcerias com o Oriente, culminando na Organização para a Cooperação de Xangai.

Este mundo multipolar parece uma quimera quando se olha para o crescimento das migrações. Os estudos que abordam a situação dos refugiados ganham dimensões dramáticas na presente conjuntura geopolítica mundial. A existência de emigrantes questiona a unidade entre Estado e nação, pois aparecem como sujeitos destoantes nas “cores puras” do ambiente nacional. Lembram a governantes e acadêmicos as minorias étnicas que foram “absorvidas” no corpo nacional, através de uma política de assimilação forçada e integração benevolente. Benedict Anderson, com seu artigo inaugural em *Tensões Mundiais*, “Problemas dos nacionalismos contemporâneos”, ressalta a intensificação dos fluxos migratórios, o fenômeno das duplas nacionalidades e o sentimento nacional entre pessoas que residem no estrangeiro. Seria impensável investigar os deslocamentos humanos sem considerar os processos multifacetados de construção das nacionalidades. Neste sentido, a pesquisa desenvolvida pelos jovens pesquisadores Thayná Holanda Magalhães Diógenes Queiroz e Wendell de Freitas Barbosa junto a dois refugiados sírios vivendo em Fortaleza é esclarecedora. O comovente relato de suas experiências é analisado em perspectiva sociológica e pode fundamentar decisões sobre políticas públicas.

A crítica ao paradigma eurocêntrico hegemônico da racionalidade/modernidade mediante a desconstrução epistemológica da colonialidade do poder é o tema do artigo de Paulo Robério Ferreira Silva. Apoiando-se em consagrados pensadores latino-americanos, defende a pluriversalidade como uma opção para realizar a descolonização epistêmica. Trata-se de um processo em curso, evidenciado pela crise da ciência ocidental e pela emergência de sujeitos, conhecimentos e práticas que foram subalternizados.

Três pesquisadoras da área de direito internacional, Isabella Alves Conceição, Camilla Martins Cavalcanti de Andrade e Arnelle Peixoto Rolim analisam, à luz de categorias-chave da biopolítica, a condenação em 2017 do Estado brasileiro pelo Sistema Interamericano de Direitos, devido a sistemática e histórica impunidade diante de casos de violência policial, como o da Favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro. A decisão paradigmática trouxe à tona o corporativismo militar, que garante a impunidade dos

agentes e justifica uma política pautada na repressão a grupos sociais descriminados.

Em uma sociedade democrática, atos como chacinas, estupros, prisões arbitrárias durante a invasão de comunidades periféricas seriam execráveis. No entanto desde a suposta redemocratização do Brasil, as Forças Armadas continuam desrespeitando as instituições políticas e os cidadãos e arbitrando decisões judiciais e parlamentares, orientadas por doutrinas letais ao estado de direito. Pollyana Labre Andrade busca traçar os caminhos percorridos pelos militares desde a Assembleia Constituinte de 1988 até o atual governo.

Finalizamos este número de Tensões Mundiais com pertinente reflexão sobre a trajetória imaginária da nação, tendo como campo empírico a criação em 1937 do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O esforço de construção da nacionalidade brasileira em meados do século XX exigia estabelecer uma classificação dos lugares arquitetônicos. Napoleão Ferreira da Silva Neto revela em seu artigo uma das facetas deste processo: no campo da monumentalidade arquitetônica, observou-se na época moderna discrepâncias ocasionais entre representações da Nação e representações exclusivamente de Estado, em meio a disputa ideológica entre integrantes do movimento neocolonial e os modernistas, inspirados nos escritos e obras do arquiteto franco-suíço Le Corbusier

Desejamos uma boa leitura!

Os editores